

## **O DUPLO DESAFIO DE PENSAR A POLÍTICA E A CIÊNCIA POLÍTICA NO CONTEXTO DAS DEMOCRACIAS EM CRISE**

Lucy Oliveira<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-2556-8730>

Cristiano Rodrigues<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-3950-0032>

Jorge Chaloub<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-7990-4496>

O ano de 2022 foi emblemático na história recente da república brasileira pós-1988 e, por conseguinte, desafiador para a reflexão da Ciência Política nacional. Ele foi marcado, entre outros episódios, pela eleição presidencial mais acirrada das últimas décadas, que ganhou contorno dramáticos ao ser decidida em segundo turno com uma diferença percentual de votos válidos de pouco menos de 2% - a menor desde a redemocratização do país – e pela primeira não reeleição de um presidente em exercício desde a instituição da possibilidade de mandatos sucessivos em 1997.

Esse cenário é resultado de anos de embates e tensões para a democracia brasileira, que integram uma conjuntura mais ampla de crises das experiências políticas democráticas do pós-1989. Trata-se de fenômeno com contornos distintos ao redor do mundo, que, no contexto brasileiro, veio a lume a partir da contestação da eleição de 2014 e da crescente ênfase a discursos e pautas autoritários. A ascensão de lideranças de extrema-direita, conquistando espaços decisórios e de poder por dentro dos regimes democráticos, se caracteriza não apenas por suas pautas antidemocráticas, mas também por uma contínua contestação das bases do próprio contrato social e dos acordos mínimos necessários para o funcionamento da democracia.

Nesse contexto, a Ciência Política, enquanto área de pesquisa e reflexão, enfrenta um duplo desafio. Por um lado, precisa consolidar ou reelaborar reflexões empíricas e teóricas capazes de capturar as particularidades desses fenômenos recentes em suas dimensões internacionais e domésticas dando-lhes inteligibilidade e algum grau de compreensão prospectiva. Por outro lado, precisa retornar, a partir de um olhar retrospectivo e crítico, às suas interpretações canônicas e aportes metodológicos já consagrados, mas que se mostraram limitados para compreender as novas urgências, fenômenos, vozes e temas emergentes. Para dar conta desse duplo desafio, compete à

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política (PPGPOL/UFSCar), professora Adjunta de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais (DCSo/UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPOL/UFSCar). Secretária-executiva da Associação Brasileira de Ciência de Ciência Política - regional Sudeste. E-mail: [gosilva@ufscara.br](mailto:gosilva@ufscara.br)

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG (PPGCP-UFMG). Vice-presidente da Regional Sudeste da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). E-mail: [cristianor@gmail.com](mailto:cristianor@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ, professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Presidente da Regional Sudeste da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). E-mail: [jchaloub@ifcs.ufrj.br](mailto:jchaloub@ifcs.ufrj.br)

disciplina um esforço coordenado que exige dedicação, abertura, sofisticação e criatividade para contribuir com a construção de respostas condizentes com as reflexões do tempo presente.

A crise democrática que se instalou no Brasil nos últimos anos – e que não sabemos se terá seu encerramento em breve – expôs questões pouco abordadas pela disciplina e revelou limitações de alguns dos consensos mais bem estabelecidos na área. Após o predomínio de pesquisas de inspiração neoinstitucionalista, que permitiram explicações influentes para o sistema político construído pela Constituição de 1988, com inegáveis contribuições relevantes, cresce hoje a busca por novas perspectivas de análise para o presente e o futuro dos fenômenos políticos contemporâneos, que desvelem os “pontos cegos” da Ciência Política brasileira.

Este dossiê é um esforço nesse sentido. Movidos pelo compromisso de refletir sobre temas e vozes que apontem para transformações ocorridas no campo, a diretoria regional Sudeste da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) lançou um edital para receber contribuições acerca de questões e abordagens emergentes na Ciência Política nacional. Assim, duas ênfases eram esperadas: trabalhos sobre temas mais estabelecidos, apresentados a partir de novas perspectivas teóricas ou metodológicas, e artigos que apresentassem objetos que até pouco tempo não constavam no escopo da Ciência Política do país.

O esforço se fez acompanhar de alguns desafios. O principal deles foi o de se movimentar por subáreas temáticas historicamente pouco exploradas ou em estágios iniciais de construção e consolidação. Esse cenário movido, de menos certezas e uma miríade de possibilidades, provocou novos olhares também no processo de seleção e avaliação. O emergente frequentemente desafia o já consagrado, rompe, ou amplia, fronteiras, critica o já estabelecido, provoca um desencaixe em nossas formas de saber, fazer ciência, organizar a escrita e pensar os fenômenos do Sul Global. Ao trilhar por esse caminho, lidamos com nossos limites e, em permanente tensão na busca por acolher o emergente sem descartar o canônico, passamos a compreender melhor os percursos que levam à renovação e inovação na ciência política brasileira contemporânea.

Por isso, agradecemos a todas, todos e todes que, junto conosco, atuaram na organização, leitura, avaliação e seleção dos textos que compõem esse dossiê. Em especial por reconhecermos também que um dos alvos do desmonte e retrocessos democráticos nos últimos anos no Brasil foi a Ciência e a Universidade pública, atingindo em cheio nossas pesquisadoras e pesquisadores. Assim, continuar a produzir, escrever, refletir e organizar produção acadêmica nos últimos anos foi e é um ato de resistência democrática frente ao horizonte sombrio que enfrentávamos – e poderemos levar um tempo a superar no nosso país. Sabemos que esse esforço reflexivo tem mantido ainda audível a voz da ciência em tempos de negacionismo, extremas-direitas e autoritarismo.

Em segundo lugar, queremos agradecer às autoras e autores que, movidos por pensar uma Ciência Política que se reinventa, submeteram seus trabalhos para este dossiê. Do total de 29 artigos submetidos, 8 participam dessa coletânea e alguns outras contribuições deverão ser publicadas em números subsequentes da revista. Os que estão aqui tratam de temas como raça, interseccionalidade, neoliberalismo, gênero, perfil presidencial e crise democrática, dando um caráter variado, combinando abordagens qualitativas e quantitativas.

No primeiro deles, intitulado **“Neoliberalismo e gênero, entrelace que acentua desigualdades”**, Stephany Mencato, discute o neoliberalismo como modo de ser e pensar a política e a economia, perpassando outros âmbitos da vida, pública e privada, e ultrapassando uma visão mais restrita centrada na implementação desta ou daquela política pública econômica. O neoliberalismo é, então, uma governamentalidade que atinge os corpos das mulheres e a luta feminista a partir da “economização da vida” e da exacerbação da perspectiva individualista do

combate às desigualdades de gênero. Além disso, as mulheres, nas sociedades neoliberais, vêm acentuadas suas desigualdades a partir do avanço da despolitização, desmonte e desregulação do Estado.

O segundo artigo também trata da temática da desigualdade de gênero a partir da sub-representação feminina nas casas legislativas. A autora, Maria Inês Caetano Ferreira, no trabalho intitulado **“Sub-representação política feminina: um estudo longitudinal sobre eleições para vereança no Recôncavo da Bahia”** traz contribuições relevantes ao tratar da temática da candidatura e eleição de mulheres, que tem revitalizado o debate das teorias da representação, no recorte municipal, que é ainda pouco explorado na literatura. Assim, traz ao centro do debate as questões de gênero e política local. Ao analisar os dados eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) das últimas três legislaturas municipais (2012, 2016 e 2020) em 19 municípios do Recôncavo da Bahia, a autora demonstra como na maioria dos casos a quantidade de candidaturas femininas fica na margem do que é estabelecido como cota - 30% - sem refletir significativamente a proporção da população de mulheres nos municípios. Além disso, ao dividirem as candidaturas totais em grupos de mais e menos votados (eleitos e não eleitos), a autora expõe uma maior discrepância entre candidatura e elegibilidade, dado que a maior parte das mulheres se concentrou nos casos de candidatos menos votados. Os dados apontam que há um duplo problema a ser superado para a representação mais substantiva: não apenas o processo de seleção e recrutamento deverá resultar em um maior percentual de candidatas, mas também de candidatas viáveis eleitoralmente, rompendo a concentração de mulheres nos extratos de menos votados, e permitindo a participação ativa das mulheres no processo eleitoral mesmo em contextos de funcionamento das cotas. Para ela, a preponderância masculina sobre os partidos e as regras do sistema eleitoral fragiliza o alcance das cotas, na medida em que, nesse cenário, as mulheres estão na condição de agente passivo.

O terceiro artigo intitulado **“A difusão internacional da reforma previdenciária chilena e o ultraliberalismo do governo Bolsonaro: organizações internacionais e empreendedores”**, se decruçou em como a reforma previdenciária proposta pelo governo Bolsonaro em 2019 teve forte inspiração no modelo neoliberal e privatista chileno da década de 1980, o qual, ao ser resgatado como proposta no Brasil recente, revelou o caráter retrógrado e anacrônico do último governo nacional no país. Para tanto, André Emilio Sanches e Carlos Aurélio Pimenta de Faria centraram sua análise nos atores coletivos e individuais que atuaram como empreendedores para “importação” e “exportação” desse ideário. Diga-se de passagem, o modelo chileno, que data do governo autoritário de Pinochet, influenciou ainda como “modelo adaptado” a política previdenciária de outros países na América do Sul, como Argentina, Colômbia e Peru e mostrou-se insuficiente e limitado, sendo responsável por sérios problemas sociais. Assim, o trabalho contribui ao refletir no âmbito nacional sobre a política econômica atual e o caráter estatal sob a gestão de Jair Bolsonaro (presidente) e Paulo Guedes (ministro da Economia) e, no âmbito supranacional, ao destacar o papel dos empreendedores – um conjunto global de *players* – que atuam ativamente para fomentar a circulação de políticas públicas, em especial na consolidação do laboratório de políticas econômicas de ultradireita para a América Latina.

No texto **“Coalizão ou colisão: o papel do perfil presidencial para a síntese teórica do presidencialismo brasileiro”**, Rafael Silveira e Silva, Celina Pereira e Denilson Bandeira Coêlho argumentam como perfil do presidente é ponto fundamental para o funcionamento cooperativo e/ou conflitivo no presidencialismo brasileiro. O tema do presidencialismo de coalizão brasileiro é canônico na Ciência Política nacional de forma a estabelecer matrizes de interpretação conflitiva que divide autores relevantes. Entretanto, a proposta dos autores é exatamente trazer ao debate o elemento de como o “perfil do presidente” esteve ausente nessa discussão e pode estabelecer

explicações plausíveis sobre o funcionamento dos governos, mudanças de status quo e também da relação entre Presidência, Legislativo e partidos. Para tanto, os autores utilizam-se da metáfora do automobilismo para situar o presidente – e sua performance – nos termos de um piloto de corrida em disputa. Assim, analisam os perfis dos presidentes brasileiros pós-1994 demonstrando como determinadas “competências” desses pilotos promoveram contingências políticas sobre as relações mais cooperativas ou conflitivas com a coalizão.

O dossiê fecha com um retorno ao tema de gênero a partir da resenha de Marcio Cunha Filho sobre o livro “Neoliberalismo, tradicionalismo moral e erosões Democráticas: uma conexão pouco explorada”, de Wendy Brown.

Outrossim, cabe destacar que apesar de ser organizado pela regional sudeste da ABCP, esse dossiê buscou promover um conjunto de trabalhos diversos também em termos regionais, institucional e de gênero, permitindo assim um diálogo nacional em torno das vozes e temas emergentes. Esperamos, por fim, que essa coletânea venha de fato contribuir com o avanço da reflexão do nosso campo e que as leitoras e leitores encontrem aqui textos férteis em termos de caminhos e perspectivas para uma Ciência Política dinâmica e atenta aos desafios de seu tempo.

Boa leitura!